



Ministério da Justiça



UnB



Centro de Apoio ao
Desenvolvimento
Tecnológico



latitude

Laboratório de tecnologias da tomada de decisão

Termo de Cooperação/Projeto:

**Acordo de Cooperação Técnica
FUB/CDT e MJ/SE
Registro de Identidade Civil –
Replanejamento e Novo Projeto Piloto**

Documento:

**RT Impactos no processo de
comunicação baseado no relatório de
identificação civil**

Data de Emissão:

01/09/2015

Elaborado por:

**Universidade de Brasília – UnB
Centro de Apoio ao Desenvolvimento
Tecnológico – CDT
Laboratório de Tecnologias da Tomada
de Decisão – LATITUDE.UnB**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo
Ministro

Marivaldo de Castro Pereira
Secretário Executivo

Helvio Pereira Peixoto
Coordenador Suplente do Comitê Gestor do SINRIC

EQUIPE TÉCNICA

Ana Maria da Consolação Gomes Lindgren
Andréa Benoliel de Lima
Celso Pereira Salgado
Delluiz Simões de Brito
Elaine Fabiano Tocantins
Fernando Saliba Oliveira
Fernando Teodoro Filho
Guilherme Braz Carneiro
Joaquim de Oliveira Machado
John Kennedy Férrer Lima
José Alberto Sousa Torres
Marcelo Martins Villar
Raphael Fernandes de Magalhães Pimenta
Rodrigo Borges Nogueira
Rodrigo Gurgel Fernandes Távora
Sara Lais Rahal Lenharo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ivan Marques Toledo Camargo
Reitor

Paulo Anselmo Ziani Suarez
Diretor do Centro de Apoio ao Desenvolvimento
Tecnológico – CDT

Rafael Timóteo de Sousa Júnior
Coordenador do Laboratório de Tecnologias da
Tomada de Decisão – LATITUDE

EQUIPE TÉCNICA

Flávio Elias Gomes de Deus
(Pesquisador Sênior)
William Ferreira Giozza
(Pesquisador Sênior)
Ademir Agostinho de Rezende Lourenço
Adriana Nunes Pinheiro
Alessandro Zimmer
Alysson Fernandes de Chantal
Amanda Almeida Paiva
Andréia Campos Santana
Andreia Guedes Oliveira
Antônio Claudio Pimenta Ribeiro
Carolinne Januária de Souza Martins
Caio Rondon Botelo de Carvalho
Daniela Carina Pena Pascual
Danielle Ramos da Silva
Eduarda Simões Veloso Freire
Fábio Lúcio Lopes Mendonça
Fábio Mesquita Buiati
Glaudson Menegazzo Verzeletti
Johnatan Santos de Oliveira
José Carneiro da Cunha Oliveira Neto
José Elenilson Cruz
Kelly Santos de Oliveira Bezerra
Luciano Pereira dos Anjos
Luciene Pereira de Cerqueira Kaipper
Luiz Antônio de Souto Evaristo
Luiz Claudio Ferreira
Marcos Vinicius Vieira da Silva
Marco Schaffer
Mirele Maria Cavalcante Rocha
Pedro Augusto Oliveira de Paula
Renata Elisa Medeiros Jordão
Roberto Mariano de Oliveira Soares
Sandro Augusto Pavlik Haddad
Sergio Luiz Teixeira Camargo
Soleni Guimarães Alves
Suzane Lais De Freitas
Valério Aymoré Martins
Vera Lopes de Assis
Vinicius de Moraes Alves
Wladimir Rodrigues da Fonseca

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.2/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição
19/01/2015	0.1	Versão inicial
01/09/2015	0.2	Revisão do Relatório conforme nota técnica



Universidade de Brasília – UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro - FT – ENE – Latitude
CEP 70.910-900 – Brasília-DF
Tel.: +55 61 3107-5598 – Fax: +55 61 3107-5590

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.3/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	APRESENTAÇÃO.....	6
3	METODOLOGIA PRELIMINAR	8
4	ESTUDO A PARTIR DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	9
4.1.	Públicos internos	10
4.2.	Públicos externos.....	11
4.3.	Características organizacionais	12
4.4.	Características científicas	13
4.5.	Características políticas	13
4.6.	Características estruturais	14
4.7.	Características humanas.....	15
5	CONCLUSÃO	17
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.4/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva (SE/MJ), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), é responsável por viabilizar o desenvolvimento e a implantação do Registro de Identidade Civil, instituído pela Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010.

Atualmente, a República Federativa do Brasil conta com sistema de identificação de seus cidadãos amparado pela Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. Essa lei assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, ou Cédulas de Identidade; confere também autonomia gerencial às Unidades Federativas no que concerne à expedição e controle dos números de registros gerais emitidos para cada documento. Essa condição de autonomia, ao contrário do que pode parecer, fragiliza o sistema de identificação, já que dá condições ao cidadão de requerer legalmente até 27 (vinte e sete) cédulas de identidades diferentes. Com essa facilidade legal, inúmeras possibilidades fraudulentas se apresentam de maneira silenciosa, pois, na grande maioria dos casos, os Institutos de Identificação das Unidades Federativas não dispõem de protocolos e aparato tecnológico para identificar as duplicações de registro vindas de outros estados, ou até mesmo do seu próprio arquivo datiloscópico. Consoante aos fatos, os Institutos de Identificação não trabalham interativamente para que haja trocas de informações de dados e geração de conhecimento para manuseio inteligente e seguro para individualização do cidadão em prol da sociedade.

Com foco na busca de soluções para tais problemas, o Projeto RIC prevê a administração central dos dados biográficos e biométricos dos cidadãos no Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC) e ABIS (do inglês *Automated Biometric Identification System*), respectivamente. A previsão desse novo modelo sustenta a não duplicação de registros e a consequente identificação unívoca dos cidadãos brasileiros natos e naturalizados. O Projeto RIC, portanto, visa otimizar o sistema de identificação e individualização do cidadão brasileiro nato e naturalizado com vistas a um perfeito funcionamento da gestão de dados da sociedade, agregando valor à cidadania, à gestão administrativa, à simplificação do acesso aos serviços disponíveis ao cidadão e à segurança pública do país.

Nesse contexto, o termo de cooperação entre MJ/SE e FUB/CDT define um projeto

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.5/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

que objetiva identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil – RIC no Brasil.

Este relatório apresenta considerações sobre possíveis impactos midiáticos ou influências comunicacionais relacionadas ao relatório de diagnóstico da identificação civil no Brasil.

2 APRESENTAÇÃO

Para efeito de estudar impactos no processo de comunicação a partir do relatório de identificação civil¹, é necessário conceituar o que se entende por influência midiática (para públicos externos e internos) a partir de acontecimentos ou fatos que possam circular por públicos ou serem noticiados. O impacto tem relação com o processo de formação da opinião pública, não necessariamente a maior parte das ideias que circulam. Informações e opiniões podem alterar o rumo das decisões e de agendamento social.

É de se considerar que, em nossos tempos, muito do que se refere à exposição é objeto de repulsa de organizações e entidades públicas com o compromisso de prestar contas. A influência dos trabalhos jornalísticos, conforme se é sabido, pode ser capaz de provocar empatia ou não por um serviço prestado aos públicos. O acesso cada vez maior aos direitos de cidadania, gerado pela democracia e consolidado pela última constituição (1988), proporciona maior representatividade ao povo brasileiro, aumenta participação política e também visibilidade. A questão da identificação civil no país tem relação ampla com o direito individual e social.

O problema é que existe, no que se refere à mídia, um abismo de tempo entre as respostas que são exigidas e a capacidade com que as entidades organizadas têm para atender às demandas. Além do tempo, no tocante à identificação civil, há um distanciamento também em traduzir aspectos científicos para comunicadores, em geral, compreendidos como uma categoria leiga. No entanto, nem mesmo quem vê com maior preconceito o trabalho dos comunicadores pode ignorar o caráter informativo e interpretativo, que conferem poder à mídia. A esse conjunto de empresas e equipamentos

¹ Diagnóstico da Identificação Civil no Brasil foi publicado em 2014 pelo Ministério da Justiça

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.6/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

de comunicação, é notório que a forma de comunicar pode tanto ajudar a eleger um candidato quanto ditar padrões de comportamento. O poder da mídia diante da opinião pública pode ser mensurado com pesquisas anuais de mídia por parte do governo federal.

No último levantamento², divulgado no final de 2014, uma informação chamou mais a atenção: os brasileiros passam mais tempo na internet do que assistindo à televisão. Todavia, a pesquisa mostra que a TV ainda é meio de comunicação mais importante, já que a maioria dos entrevistados admite assistir. Isso tem relação direta com as estratégias e ações de comunicação para o projeto RIC.

Ainda, em tempos digitais, o rádio é o segundo meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros. No levantamento, outra curiosidade é que os jornais são considerados os veículos mais confiáveis. Os usuários de internet ficam conectados, em média, 4h59 por dia durante a semana e 4h24 nos finais de semana, superior ao tempo médio que brasileiros ficam expostos ao televisor, respectivamente 4h31 e 4h14. Praticamente a metade dos brasileiros, 48%, usa internet. O hábito de uso da internet também é mais intenso. De acordo com a pesquisa de 2014, o tempo médio conectado era 3h39 por dia durante a semana e 3h43 nos finais de semana.

Outro exemplo de influência trazido no levantamento é que os dispositivos móveis passam a ser determinantes no acesso à internet. O uso de telefones celulares já se equipara ao uso de computadores ou notebooks. Entre os internautas brasileiros, 92% estão conectados por meio de redes sociais. As mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%).

Infraestrutura na identificação Civil – O relatório acumula dados importantes sobre a atual situação de infraestrutura material e de recursos humanos no Brasil. A observação desses dados pode ser reconhecida como uma possibilidade de realizar análise de riscos midiáticos para a futura implementação do RIC, bem como sejam traçadas estratégias. Leva-se em conta que as demandas que surgirem podem ter relação direta com os dados contidos no documento, que pode ser entendido como etapa fundamental de planejamento nacional para implementação do registro único.

É entendido também como possibilidade de esmiuçar características que serão exploradas no âmbito da comunicação que vão além do relatório, e observadas de formas

² A Pesquisa Brasileira de Mídia foi publicada em novembro de 2014 pelo governo federal

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.7/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

diferenciadas no que se entende pelo papel fundamental da comunicação de servir ao público.

3 METODOLOGIA PRELIMINAR

Com o propósito de estudar estruturas e informações que constam no relatório de identificação civil – e que podem ser utilizadas no campo comunicacional –, torna-se necessário estimar outras condições subsidiárias que podem ser exploradas entre diferentes públicos, incluindo a mídia.

Para efeito desse registro, as informações do documento podem ser alimentadas de diversas formas. Seria fundamental avaliar pelos seguintes prismas.

- Por públicos internos
- Por públicos externos e de ações ligadas à sistemática
- Por públicos externos e leigos na identificação civil

Da mesma forma, são considerados aqui aspectos concretos de estudo midiático para efeito de compreensão do papel da comunicação da equipe do Registro de Identificação Civil, tendo em vista profundas diferenças entre as estruturas e metodologias de trabalho de todos os entes federativos. É importante lembrar que o registro passará a ser único, também é evidente que a preocupação entre díspares realidades também recai no campo do jornalismo, da publicidade e das relações públicas do projeto. A se colocarem essas características como lugar de conversação, torna-se fundamental estimar as correlações e os impactos passíveis segundo as seguintes características.

- Características organizacionais
- Características científicas
- Características políticas
- Características estruturais
- Características humanas

A cada um deles, são trazidos nesse documento dados analíticos reunidos para serem cruzados. Esse procedimento tem o intuito de gerar avaliações antecipadas de

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.8/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

riscos, mas sobretudo oportunidades para serem trabalhadas no âmbito do grupo do RIC e do Ministério da Justiça.

4 ESTUDO A PARTIR DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

A pesquisa feita pelo Ministério da Justiça, com o propósito de colaborar no planejamento e redesenho do projeto RIC, traz peculiaridades de cada unidade da federação que podem servir de subsídio também para o campo da comunicação, cujas ações também são desafiadoras tendo em vista a heterogeneidade estrutural. O diagnóstico aprofunda conhecimentos sobre os processos, as etapas de trabalho e as metodologias envolvidas nos Institutos de Identificação. Dentro desses desafios para o projeto RIC, as informações que constam no documento servirão também como base fundamental para elaboração do plano de comunicação, efetivando-se riscos, fraquezas, forças e possibilidades de se construir as pontes necessárias entre públicos.

Deve-se contextualizar aqui que o mundo vive uma revolução sem precedentes na comunicação, em que um dado repassado por servidor que realiza identificação civil no Acre chega em instantes ao Rio Grande do Sul. As mídias sociais ampliaram e também problematizaram as conversações e principalmente a clarividência da versão do ente central das instituições. Autores indicam que público é o agrupamento espontâneo, de grupos sociais, com abundância de informações, com atitudes e opiniões múltiplas quanto à solução ou medidas; com oportunidade de discussão e acompanhamento ou participando do debate geral, à procura de uma atitude comum.

Especialistas lembram também que toda organização tem como seus públicos aqueles grupos que desfrutam de ampla liberdade de informação e discussão e que se voltam para essa organização a fim de externar suas opiniões e posições diante de controvérsias e questões de interesse. A determinação da identidade de cada grupo nas suas relações com as instituições vai se dar pelo interesse público, que representa um elo entre eles. O Ministério da Justiça, dentro de seus canais informativos, terá o desafio de ser partícipe das respostas ou ações relativas ao RIC. Essa articulação nunca foi necessária de forma prática porque a missão da identificação, em tese, era ligada essencialmente aos entes federativos.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.9/20
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

4.1. Públicos internos

Para efeito do RIC, funcionários e servidores públicos com participação direta ou indireta na identificação civil podem ser considerados como públicos internos. Eles são bem informados com relação às instituições em que trabalham, alimentam redes de comunicação, mas desconhecem a estrutura macro do projeto ou de outras instalações. São alimentadores das mídias internas e também externas. Veículos de comunicação consideram essas fontes como de altíssima credibilidade. Isso quer dizer o seguinte: um funcionário de um organismo de identificação civil conhece as dificuldades que o relatório traz e, se não ouvido em suas demandas, encontrará outras formas de estabelecer comunicação. Pode procurar um jornal ou uma rádio da cidade e repassar informações que pode até não ter certeza. Por isso, há de se ter uma permanente proximidade além do que os números do relatório revelam. Assim, o público interno deve estar envolvido com o projeto, sendo necessário que os funcionários compreendam a grandeza da missão, a de gerar identificação de todo o país.

Esse termo “público interno” pode ser escrito no plural porque pode ser subdividido. Serve para se referir aos funcionários, como aqueles que exercem atividades essencialmente internas, como analistas e administradores, mas também está ligado a quem tem contato direto com os cidadãos, realizando a identificação (direta ou indiretamente), atendentes de *call center*, gestores que atendem fornecedores, representantes dos poderes públicos etc., além de equipes de orientação técnicas.

Como característica fundamental, o público interno é essencialmente exigente. Por isso, são necessárias ferramentas de comunicação com credibilidade, com a mesma atenção (ou mais) que se dá aos veículos de comunicação para o público externo. Como mencionado, é preciso envolver esses grupos com a ideologia do projeto. Para autores da área (como Pinho, 2003, Andrade, 1994, e Lopes, 1994), há três passos principais: conscientização, apresentação e instrução. A conscientização deve destacar o papel do público interno devido ao seu poder de comunicação e sua credibilidade perante os cidadãos. Caso não ocorra a conscientização desse público, os danos podem ser irreparáveis, já que são as fontes de informação da organização. O segundo passo é apresentação dos resultados e dos dados para esses grupos com prioridade, a fim de que não tome conhecimento por outros caminhos. O terceiro passo, o da instrução, consiste

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.10/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

em clarear os objetivos pretendidos e de como chegar a eles. Os dados do relatório de identificação civil são fundamentalmente de condições internas de produção, por isso faz parte desse estudo pressupor políticas de comunicação para com esses grupos especiais do RIC. Estender a comunicação a eles diminuirá as possibilidades de originar boatos ou que falsas informações ganhem peso por intermédio desse público de elevada credibilidade.

4.2. Públicos externos

Os públicos externos são os mais celebrados e, costumeiramente, mais reconhecidos como de interesse do projeto e das instituições. Para efeito de uma primeira leitura, poderíamos dividi-los claramente entre aqueles grupos que estão ligados à sistemática da identificação, fazem parte dos procedimentos, entram na cadeia de ações, e também aqueles públicos que podem ser considerados como leigos e que passam a conhecer mais sobre identificação a partir das informações transmitidas pelos agentes internos.

Entre aqueles que fazem parte de todo o processo, mas que podem ser considerados externos estão entes políticos do Executivo e do Legislativo, bem como representantes do Judiciário. Da presidência da República a prefeitos das menores cidades brasileiras, esses representantes da população interessam ao processo de comunicação, e suas opiniões e informações interferem nas estruturas de trabalho de identificação no país. Como pode se verificar no relatório de identificação civil, órgãos policiais (militar, civil e Detran) têm importância chave.

No Legislativo, da mesma forma, a lei do RIC tramitou, tem autores e relatores do projeto que terão opiniões sobre andamento do projeto. Todos os demais parlamentares precisam ser monitorados em suas dúvidas sobre o assunto. No Judiciário, STF, e todos os órgãos ligados ao TSE e ao STJ podem tratar sobre assuntos ligados à identificação. Temas que vão de alocação de recursos e garantia de direitos de cidadania passarão por representantes dos três poderes. E farão parte da ação articulada da equipe de comunicação que abasteça as assessorias dos órgãos com dados claros e estratégias específicas, dependendo-se do objetivo e do andamento da implantação do projeto. Outra providência que deve ser tomada tem relação com a catalogação de fontes de informação

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.11/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

que possam ser sugeridas também para falar do RIC para os veículos externos e internos.

Além dos três poderes, há outros públicos externos em que se deve manter o olhar especial, tais como fornecedores, peritos, órgãos de identificação de outros países, cientistas e especialistas. A partir do relatório de identificação civil, é possível compreender as responsabilidades a respeito das lacunas existentes no processo em todo o país.

Por outro lado, são “públicos externos leigos” a sociedade em geral e também a imprensa. As opiniões públicas nacionais (não como resultado de uma maioria das ideias que circulam, mas como a somatória das opiniões) trazem que o país sobrecarrega o cidadão em sacrifícios, em obrigatoriedade de documentos e ações, e, por isso, não trazem em si uma empatia com a possibilidade de ter que tomar novas atitudes. Também sobrevive no imaginário social que os direitos não são tão respeitados quanto os deveres. Como antídoto para dissipar essas noções, a comunicação eficiente sobre os benefícios individual e para a coletividade é essencial.

Os veículos de comunicação externos, reconhecidos como a nomenclatura geral de “imprensa”, também devem ser reconhecidos como “leigos” e, em particular, trazem assuntos relativos à identificação diante de alguma novidade científica, denúncias, falhas ou demora no atendimento ao cidadão, erros de toda espécie, falta de política pública clara em relação aos deveres, além de questionamentos relativos a recursos alocados. Conforme pode se observar a respeito do relatório de identificação civil, há disparidades entre as situações dos entes federativos que serão tratadas por públicos leigos, Quando maior a circulação de informações, com transparência e agilidade, menor será o impacto negativo para o projeto que se entende como de interesse nacional.

4.3. Características organizacionais

Pode-se reunir esse tipo de característica como de caráter logístico e organizativo em um país do tamanho de um continente. Para se ter uma ideia, de acordo com relatório de identificação civil, existem pelo menos 5.244 postos de identificação no Brasil (números do Piauí e de São Paulo não estão contabilizados). A média é de 2,6 postos de atendimento para cada 100 mil habitantes. Esses serão números a serem trazidos por

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.12/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

ocasião de reportagens sobre o assunto. Outra temática que deve ser levantada de forma crítica, tanto por veículos como por públicos internos, é que o prazo médio para entrega da carteira de identidade desde a sua requisição foi de aproximadamente 9 dias no Brasil, no ano de 2013. Goiás e São Paulo podem entregar entre 45 a 60 dias depois da requisição.

Há uma média de 3,7 guichês de atendimento para cada 100.000 habitantes. Assunto crítico também tendo em vista a retirada de um novo documento. Também no âmbito organizacional e fazendo uma projeção de impacto, chama a atenção o fato que, na maioria das unidades da federação (51,9%), a identificação civil e a criminal fazem parte da mesma estrutura administrativa. Na maioria dos estados, também, a fotografia para a carteira de identidade não é realizada no local (55,6%), o que não significaria, na implantação do novo documento, maior comodidade.

4.4. Características científicas

Esse é um tema de especial relevância porque tem relação direta com as preocupações que devem ter gestores e comunicadores do projeto RIC. A compreensão, a respeito da cientificidade de temas ligados à identificação civil, poderá ser dificultada pelos públicos externos como, por exemplo, o entendimento sobre os sistemas eletrônicos e todas as técnicas modernas de se individualizar alguém, incluindo biometria, face, íris. Há uma preocupação geral (assunto não está aprofundado no relatório de identificação civil) em relação à privacidade das informações. Esse assunto, mais cedo ou mais tarde, será tônica de tratamento de públicos externos principalmente.

Existem distâncias e preconceitos entre jornalistas e cientistas de forma geral. Profissionais de comunicação acham que os cientistas não são claros e não se comunicam da melhor forma. Cientistas consideram os jornalistas leigos e superficiais. O fato é que nenhum público externo (e a rigor alguns públicos internos) tem obrigação de compreender vantagens sobre equipamentos ou técnicas de identificação.

4.5. Características políticas

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.13/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Além do que está denotado do relatório que traz diagnóstico da identificação civil no país, um tema tem que ser observado de forma paralela, que são as características políticas do discurso. Isso porque interferem diretamente nas condutas decisórias e na alocação de recursos. Notadamente, o projeto é do Estado brasileiro e não pode se haver dúvidas ou resquícios de opiniões pessoais na mídia que tratem o assunto como de um governo. Até porque há evidentes limitações entre as unidades federativas, que também agem sob discursos que podem ter características políticas.

Um número que aparece no relatório é que 77,8% das unidades de identificação civil indicaram “ausência de independência orçamentária” como a principal dificuldade, seguida da “burocracia para execução orçamentária”. A “disponibilidade de poucos recursos financeiros” ficou em terceiro lugar, apontada por 16 estados. Por exemplo: o custo para emissão da 1ª ou 2ª via variou (em 2013) de R\$0,22 (Roraima) a R\$39,62 (Bahia) com uma média de R\$18,67 por carteira de identidade. Os custos do projeto serão tema delicado em relação à implantação do RIC.

4.6. Características estruturais

A capacidade média de emissão de carteiras de identidade foi estimada em 2.760 por dia para as unidades federativas. Esse número se constitui de especial importância como parâmetro para o projeto tendo em vista a comunicação para públicos internos e externos. Os estados de maior destaque foram, em 2012, São Paulo (20.000), Rio de Janeiro (7.273), Minas Gerais (5.000), Bahia (4.000) e Rio Grande do Sul (3.500). A menor emissão foi encontrada em Tocantins (318)

Da mesma forma, outro número bastante importante que o relatório traz é sobre a capacidade de atendimento das demandas para requisição de registro civil das unidades de identificação civil, que vai de 300 (Acre) a 20.416 (São Paulo) atendimentos por dia.

Ainda dentro da capacidade estrutural, além da impressão digital, assinatura e fotografia, o único estado que coleta biometria facial para identificação civil era o Rio de Janeiro. São interessantes os contrapontos que podem significar evoluções e capacidade de divulgação para os públicos: dentre os estados que não coletam outras biometrias, cinco preveem a aquisição de equipamentos. São eles: Amapá (banco Neo Natal), Ceará (voz e facial), Distrito Federal (íris, facial e palmar), Mato Grosso do Sul (palmar e facial) e

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.14/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Paraná (Íris). Entre os principais equipamentos para coleta biométrica eletrônica, estão os *scanners*.

É de se observar o dado que, em 33,3% das Unidades da Federação não há equipamentos eletrônicos para captura de impressão digital. A maioria das Unidades da Federação tem o *pad* de assinatura (um no Amazonas e Rio Grande do Norte, e mais de 200, no Rio de Janeiro e na Bahia). De acordo com o relatório, o arquivo datiloscópico decadactilar, em papel, conta com mais de 261.729.780 registros, sendo que os maiores arquivos físicos estão nas Unidades de Identificação de Minas Gerais (60.000.000), São Paulo (58.000.000), Paraná (20.000.000) e Bahia (13.000.000) que juntos representam aproximadamente 60% do total dos registros manuais. Ainda nesse campo, a captura eletrônica dos 10 dedos e com tinta é feita em 51,9% dos pontos de coleta.

Mais uma informação de caráter estrutural que pode ter impacto midiático é a segurança das informações. Não só relevância na imprensa, mas também junto a outros públicos. É o seguinte: Distrito Federal, Pará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (22,22%) dispõem de práticas de segurança da informação institucionalizadas. Um questionamento que será feito pelos públicos e de teor a ser analisado é que entre os estados que possuem arquivo datiloscópico em papel, quase a metade afirma ter todo o arquivo “remanescente em condições físicas para digitalização”. Da mesma forma, outra preocupação que pode gerar atenção de jornalistas é que em pouco mais da metade das Unidades da Federação (51,9%), o serviço de identificação abrange a maior parte do estado (faixa de 67% a 99% dos municípios). Atenção especial para a seguinte informação: “os estados com maior restrição de abrangência (22,2%) do serviço de identificação civil (faixa de 1% a 33% dos municípios) são Alagoas, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe”. E de todas as unidades de identificação, 88,9% utilizam o terminal do Sistema Automatizado de Impressões Digitais (AFIS) fornecido pela Polícia Federal.

4.7. Características humanas

A gestão da comunicação social passa obrigatoriamente por entender profundamente quem são os funcionários e como eles atuam. A maior categoria que faz identificação no país, segundo o relatório, é a de papiloscopista ou profissionais com

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.15/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

nomenclatura similares (2.241 profissionais). Há outros apoios administrativos, terceirizados e até estagiários que precisam ser ouvidos e consultados. Chama a atenção a informação que 43% dos profissionais estão capacitados para trabalhar com o sistema eletrônico. São eles que emitiram no período de análise do relatório um total de 12.746.775 documentos. São outras informações disponíveis sobre esse público: 38,8% dessas pessoas possuem mais de 20 anos de serviço. São eles profundos conhecedores do tema e que serão fontes de informação permanentes.

Um exemplo interessante é que em estados como no Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará, por exemplo, a coleta de impressões decadaactilar para a identificação civil utiliza apenas funcionários terceirizados. Público externo muito importante que precisa estar bem informado. Afinal, trabalham sob a pressão do tempo e com filas de atendimento.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.16/20
--------------------	---------------------	---	------------------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

5 CONCLUSÃO

Por meio de um trabalho coordenado e interdependente entre as equipes da SE e da Universidade de Brasília, as atividades de elaboração deste RT foram planejadas, discutidas, executadas e documentadas.

O resumo das considerações de impacto midiático são:

- a) o relatório de identificação civil fornece dados esclarecedores que deverão estar sempre prontos para consulta e contextualizações;
- b) a equipe de comunicação deve estar especialmente atenta em fornecer conhecimentos e ferramentas para públicos internos;
- c) a força da informação estará respaldada por informações técnicas e traduzíveis;
- d) o relatório espelha discrepâncias sobre a situação das unidades federativas;
- e) é necessário preparar porta-vozes no âmbito do RIC e do Ministério da Justiça também com base em informações do relatório, já que há riscos, problemáticas e pontos fortes evidentes; bem como deve haver uma catalogação de fontes em todos os estados da federação;
- f) toda informação que se tornar pública do relatório deve ser articulada com o estado e seus representantes, sendo esse também um trabalho de articulação do campo da comunicação;
- g) manter uma agenda de debate com assessores de comunicação e gestores que permitam uma frequente atualização das ferramentas midiáticas;
- h) clipagem e análise midiáticas devem ter os dados cruzados com os novos dados que chegam dos pontos de identificação;
- i) é necessário propor simpósios e encontros anuais com profissionais de mídia e profissionais de identificação (proposta será esmiuçada em plano de comunicação);
- j) para dar vazão a dados que interessam, é possível estabelecer a meta de que gestores do RIC sejam fontes referenciais de identificação no Brasil.

As atividades envolvidas nesta etapa observaram formalmente a execução dos passos da metodologia elencada para gestão do projeto, PMI/PMBok.

A equipe da UnB considera que teve acesso a todas as informações necessárias à boa condução dos trabalhos e que a disponibilização dessas informações pela equipe do

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.17/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

MJ, assim como as atividades conjuntas de análise e discussão, levou a etapa do projeto a bom termo.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.18/20
--------------------	---------------------	---	------------------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas: relações com os diferentes públicos**. Ed.2. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília : Secom, 2014.

LOPES, Boanerges e VIEIRA, Roberto Fonseca (Org). **Jornalismo e Relações Públicas: Ação e Reação, uma perspectiva conciliatória possível**. RJ: Editora Mauad, 2004.

LOPES, Boanerges. **O que é assessoria de imprensa**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diagnóstico da Identificação Civil no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça , 2014.

PINHO, J. B. **Relações Públicas na Internet: técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse**. São Paulo: Summus, 2003.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. **Cultura, poder, comunicação e imagem - fundamentos da nova empresa**. Pioneira, São Paulo. 1991.

RETZ, Célia (org.). **Opinião Pública: Tendências e perspectivas no mundo virtual**. São Paulo: Editora Faac-Unesp, 2009.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 01/09/2015	Arquivo: 20150901 MJ RIC - RT Impactos no processo de comunicação baseado no relatório de identificação civil.doc	Pág.19/20
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Universidade de Brasília – UnB

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão – LATITUDE

www.unb.br – www.cdt.unb.br – www.latitude.eng.br

